



SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

PAUTA DA REUNIÃO DO CNDM – 16/09/2005

9h – Posse das novas conselheiras

Reforma Política – (Com a Deputada Luiza Erundina).

Informes

- Área Internacional
- Informe Trabalhadoras Domésticas

Encaminhamentos

Constituição de grupo de conselheiras para elaborar proposta de pauta de discussão para o CNDM

Solicitação do segmento de lésbicas

Posicionamento sobre o Fundeb

Campanha do Desarmamento

15h – Lançamento do Programa “Mulher e Ciência”, uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação.

**ATA DA VI REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2005**

1 Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às nove horas, no Auditório do
2 Ministério de Ciência e Tecnologia, situado na Esplanada dos Ministérios, bloco E, reuniram-se as
3 integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) CNDM:
4 informes gerais, posse das novas conselheiras 2) Reforma Política, com a Deputada Luiza Erundina
5 3) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: pactuação do Plano Nacional de Políticas para
6 Mulheres, Orçamento da SPM, Programa Pró-Equidade, relatório da Comissão Tripartite; 4)
7 Trabalho Doméstico 5) inclusão segmento lésbicas. Estiveram presentes as seguintes conselheiras
8 da Sociedade Civil: I) Maria Solange da Silva Alves/Art. Nac. de Mulheres Trabalhadoras Rurais II)
9 Nilza Iraci Silva/Art. de Mulheres Negras Brasileira; III) Marina Cândido Marcos/CONAMI; IV) Creuza
10 Maria Oliveira/FENATRAD; V) Beatriz Zanella Fett e Arlete Carminatti Zago/BPW– Brasil; VI) Jeanete
11 Assad Mazieiro/Forum de Mulheres do Mercosul; VII) Maria da Conceição Concita Maia de Oliveira e
12 Elis Regina Prates/MAMA; VIII) Lia Zanotta Machado e Ana Maria Soares/Rede Nac. Feminista; IX)
13 Gisela Zilsch e Maria Dirce Mendonça Fonseca/ABMCJ; X) Deise Aparecida Recoaro/CUT; XI)
14 Rumiko Tanaka/CGT; XII) Márcia de Campos Pereira/CMB; XIII) Rita de Cássia Fraga de
15 Almeida/CNTE; XIV) Nalu Faria Silva e Eleutéria Amora da Silva/Marcha Mundial; XV) Eline
16 Jonas/UBM; XVI) Carmen Helena Foro/Contag; XVII) Albertina de Oliveira Costa/Notório
17 conhecimento. Representantes Governamentais: I) Ministra Nilceia Freire/Presidenta do CNDM; II)
18 Maria Laura Sales Pinheiro/Secretária Adjunta da SPM; III) Rosylane Vasconcelos, representando
19 Lúcia Helena Lodi /MEC; IV) Eunice Lea de Moraes/MTE; V) Andréa Lorena Butto Zarzar/MDA; VI)
20 Hildézia Alves Medeiros/MDS; VII) Regina Célia de Oliveira Bitencourt/MRE; VIII) Denise Antonia de
21 Paulo Pacheco/SEPPIR; IX) Ivana de Siqueira/SEDH; X) Mari Machado/MCT. A reunião foi parte da

22 programação dos 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que no dia anterior
23 contou com Sessão Solene no Senado Federal seguido do Painel “Papel dos Conselhos e Controle
24 Social”, no Palácio do Itamaraty. Por esse motivo, a reunião do CNDM contou com a presença de
25 ex-Presidentas do CNDM, as senhoras Ruth Escobar, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli, Catia
26 Maria Soares de Vasconcelos, Herilda Balduino de Souza e Solange Bentes Jurema, bem como de
27 representantes dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher de São Paulo, Santa Catarina,
28 Brasília, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Tocantins, Maranhão e Minas Gerais. A reunião foi aberta pela
29 Ministra Nilcéa Freire, que após dar as boas vindas a todas, deu **posse às novas conselheiras**, para
30 o mandato 2005–2007: Maria Solange da Silva Alves (Articulação Nacional de Mulheres
31 Trabalhadoras Rurais – ANMTR, suplente); Deise Aparecida Recoaro (Central Única dos
32 Trabalhadores – CUT, suplente); Rumiko Tanaka (Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT);
33 Carmen Helena Ferreira Foro e Maria Elenice Anastácio (Confederação Nacional dos Trabalhadores
34 na Agricultura – Contag); Odisséia Pinto de Carvalho e Rita de Cássia Fraga Pinto de Almeida
35 (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE); Jacimar de Almeida Gouvêa e
36 Marina Cândido Marcos (Conselho Nacional das Mulheres Indígenas – Conami); Beatriz Zanella Fett
37 e Arlete Carminatti Zago (Federação das Associações de Mulheres de Negócios – BPW BRASIL);
38 Jeanete Assad Mazzeiro (Fórum de Mulheres do Mercosul, suplente) e Elis Regina Prates
39 (Movimento Articulado de Mulheres do Amazonas – MAMA, suplente). A Ministra Nilcéa passou em
40 seguida a palavra à Deputada Luiza Erundina, convidada a participar da reunião para introduzir o
41 tema da **Reforma Política**, em discussão no Congresso Nacional, e que segundo a Ministra é uma
42 discussão que permeia toda a sociedade brasileira. A Deputada fez uma breve exposição do tema
43 e de sua participação na Comissão Especial da Reforma Política, seguida de intervenções das
44 conselheiras Gisela Zilsch, Marilma Torres, Jeanette Maziero, Creuza..., Arlete Zago, Lia Zanotta,
45 Maria Solange Alves, Deise Recoaro. Ao final dos debates, as conselheiras aprovaram uma moção
46 sobre a Reforma Política: *“O Conselho Nacional dos Direitos Da Mulher, em sua reunião de 16 de*
47 *setembro de 2005, considerando de alta importância o debate sobre a Reforma Política no*
48 *Parlamento, aprovou a presente moção, por entender que dentre os objetivos da Reforma Política*
49 *devem estar presentes alterações legislativas que assegurem a urgente maior participação das*
50 *mulheres na política, para a plenitude do direito fundamental de igualdade entre homens e*
51 *mulheres. Estas alterações legislativas deverão conter, minimamente: 1) o reconhecimento da lei*
52 *das cotas de 30% de presença das mulheres nas candidaturas partidárias e manutenção deste*
53 *princípio, quer venham a ser, ou não, constituídas as chapas eleitorais, observada a alternância; 2)*
54 *a garantia de um mínimo de 30% dos recursos destinados às fundações dos partidos, aos núcleos*
55 *de mulheres; 3) a garantia de um mínimo de 30% do tempo de rádio e televisão às candidaturas*
56 *das mulheres. Brasília, 16 de setembro de 2005, Plenário do Conselho Nacional dos Direitos da*
57 *Mulher”*. A deputada Luiza Erundina encerrou sua participação agradecendo a oportunidade,
58 acreditando que a partir do debate todas estarão mais mobilizadas. A sra Ruth Escobar, antes de
59 retirar-se por motivo de viagem, conclamou a todas para que retomem o sonho e a paixão que as
60 mulheres tinham quando foi criado o CNDM, indo às ruas e lutando por seus direitos. Após
61 despedir-se e agradecer a presença da sra Ruth Escobar, primeira presidenta do CNDM, a Ministra
62 Nilcéa levantou a questão do orçamento da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres,
63 informando que desde o mês de abril está sendo discutido no interior do governo a necessidade
64 de haver o seu descontingenciamento. Lembrou o trabalho que está sendo feito de pactuação do
65 Plano Nacional de Políticas para as Mulheres com os Estados e com os Municípios, mais de setenta
66 pactuações até o momento, com uma agenda até o final do ano em diferentes Estados, num
67 processo de contaminação positiva importante, uma rede sendo criada, ressaltando que o Plano
68 precisa desta institucionalidade de Estados e municípios para ser executado. Informou que o

69 Comitê de monitoramento e de acompanhamento do Plano está fazendo uma planilha para ser
70 disponibilizado pela internet, através da página da Secretaria, transformando-se num importante
71 instrumento de trabalho para se ter um orçamento baseado em gênero. Lembrou ainda da
72 importância do Conselho acompanhar a execução do orçamento da Secretaria, sendo uma
73 importante tarefa de controle social assumida pelo CNDM. Em seguida a Ministra abordou o
74 resultado do trabalho da **Comissão Tripartite** para a revisão da legislação punitiva da interrupção
75 voluntária da gravidez, lembrando que o trabalho da comissão foi concluído no dia primeiro de
76 agosto, para ser entregue à Comissão de Seguridade e Família da Câmara dos Deputados., que
77 tem como relatora a deputada Jandira Feghali. As conselheiras manifestaram-se em apoio ao
78 encaminhamento ao Congresso Nacional do resultado do trabalho da Comissão Tripartite,
79 aprovando a seguinte moção: *“O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reunido em sessão*
80 *plenária no dia 16 de setembro de 2005, aprovou à unanimidade esta moção de apoio pelo*
81 *encaminhamento ao Congresso Nacional da proposta elaborada pela Comissão Tripartite referente*
82 *à descriminalização do aborto, a fim de que a referida proposta seja discutida pela sociedade*
83 *brasileira, através de seus legítimos representantes no Parlamento. Desta forma, apresentamos a*
84 *presente moção de apoio à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão responsável*
85 *pelo envio da proposta, para que seja encaminhado o resultado do trabalho elaborado pela*
86 *Comissão Tripartite, em atenção às deliberações da I Conferência Nacional de Políticas para as*
87 *Mulheres, quando se deliberou pela revisão da legislação punitiva sobre a interrupção voluntária*
88 *da gravidez no Brasil. Brasília, 16 de setembro de 2005, Plenário do Conselho Nacional dos*
89 *Direitos da Mulher”*. Em seguida, a Ministra informou que a Secretaria está lançando o **Programa**
90 **Pró-Equidade de Gênero**, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Mulher e a
91 Organização Internacional do Trabalho, que consiste na premiação por meio de um selo para as
92 empresas que pratiquem modelos de equidade de gênero na sua gestão, com foco inicialmente
93 nas empresas públicas. O Programa será acompanhado permanentemente por um Comitê Pró-
94 Equidade, com representantes da Unifem, da OIT, especialistas no tema e uma representante
95 governamental por meio da Secretaria, solicitando que conte também com representação do
96 Conselho pela sociedade civil. As conselheiras posicionaram-se em favor da participação das
97 representantes da Cut e da Contag para integrar o Comitê Pró-Equidade pelo CNDM. Em seguida,
98 a Ministra solicitou à conselheira Creusa Oliveira, representante da Federação Nacional das
99 Trabalhadoras Domésticas, para que fizesse um informe do andamento da comissão sobre
100 **trabalho doméstico** . A Conselheira Creusa informou tratar-se de um projeto de qualificação e
101 cidadania, o Trabalho Doméstico Cidadão, desenvolvido desde 1999 em Salvador pela Fenatrad,
102 hoje ampliado para âmbito nacional através do Ministério do Trabalho, da Secretaria Especial de
103 Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com
104 acompanhamento da Organização Internacional do Trabalho. Lembrou que são quase oito milhões
105 de trabalhadoras domésticas, a grande maioria mulheres negras, necessitando de mudança na lei,
106 na questão da reforma sindical e trabalhista, para que seja dado atendimento à categoria que
107 constrói nossa sociedade. A conselheira Eunice Lea de Moraes, do Ministério do Trabalho e
108 Emprego, acrescentou que, além dos Ministérios já citados, está sendo feito um convênio com o
109 Ministério da Educação para ampliar em todo o país o projeto da escolaridade e da qualificação
110 para as trabalhadoras domésticas, lembrando que o projeto tem contribuição da OIT em três
111 vertentes: escolaridade e qualificação, formação de dirigentes e a relação das políticas públicas. A
112 conselheira Beatriz Zanella Fett, da BPW-Federação das Mulheres de Negócios e Profissionais do
113 Brasil, acrescentou que sua associação, de grande capilaridade no país, trabalha no sentido não
114 somente da profissionalização, mas também da cidadania, colocando-se à disposição da Fenatrad
115 para um trabalho em conjunto. Passado este ponto, houve um pequeno debate sobre o Fundeb -

116 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, cuja proposta foi encaminhada pelo
117 Executivo ao Congresso Nacional. O CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
118 Adolescente – havia encaminhado ao CNDM um pedido de apoio para um documento do
119 CONANDA que defende a ampliação para a questão das creches. As conselheiras aprovaram então
120 a seguinte moção: *“O Conselho Nacional dos Direitos Da Mulher, em sua reunião de 16 de*
121 *setembro de 2005, considerando de alta importância a Proposta de Emenda Constitucional – PEC,*
122 *que estabelece o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB,*
123 *encaminhada pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional, aprovou a presente moção no sentido*
124 *de que seja incluído na PEC o atendimento das crianças de 0 a 6 anos (educação infantil), uma vez*
125 *que a redação do inciso II do Art. 7º garante o atendimento “para a pré-escola...” (4–6 anos),*
126 *sendo esta segunda etapa inseparável da primeira (creche 0–3 anos). Assim sendo, o Conselho*
127 *Nacional dos Direitos da Mulher manifesta sua inconformidade com a exclusão da educação*
128 *infantil de zero a três anos do projeto do Fundeb, uma vez que das 13 milhões de crianças*
129 *brasileiras com até 3 anos de idade, apenas 11,7% têm acesso às creches, e destas, apenas 6% são*
130 *atendidas pela rede pública de ensino. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher entende que a*
131 *frequência escolar desde a primeira infância garante o desenvolvimento social e intelectual da*
132 *criança, em especial das mais pobres e vulneráveis, sendo a educação infantil fator de absoluta*
133 *relevância para o enfrentamento da pobreza e da exclusão racial. O Conselho Nacional dos*
134 *Direitos da Mulher quer ainda reiterar as deliberações que resultaram no Plano Nacional de*
135 *Políticas para as Mulheres que em seu Capítulo II – Educação Inclusiva e não sexista, propõe como*
136 *meta a ampliação das vagas públicas em creches em 15% até 2007. Outrossim, entende o CNDM*
137 *que esta meta é imprescindível para a ampliação da autonomia das mulheres cumprindo com o*
138 *objetivo de compartilhar com o Estado e a sociedade as tarefas de reprodução do viver. Brasília,*
139 *16 de setembro de 2005, Plenário do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.”* Nesse ponto, a
140 Ministra encaminhou o próximo ponto, sobre a **inclusão do segmento das Lésbicas no CNDM**.
141 Informou que no Dia da Visibilidade Lésbica a Secretaria promoveu um encontro com diversas
142 entidades do Movimento Lésbico no Brasil para discutir um posicionamento e definição de
143 prioridades dentro do Plano Nacional de Políticas para Mulheres para o segmento, quando foi feita
144 a reivindicação de assento no CNDM para a representação do segmento lésbico nacional. Como
145 não havia tempo para discussão deste tema na reunião, a Ministra consultou as conselheiras se
146 havia condição de deliberar sobre a inclusão naquele momento, uma vez que não havia tempo na
147 reunião para debate, ou se o Conselho já poderia deliberar, sem uma discussão maior. Como o
148 plenário manifestou-se no sentido de se considerar em condições de deliberar, a Ministra colocou
149 em votação a inclusão do segmento lésbico através de um assento no CNDM, o que foi aprovado
150 por unanimidade. Em seguida, a Ministra solicitou que fosse constituído um grupo de conselheiras
151 para definir uma pauta de discussões do Conselho para os próximos meses, que se encarregasse
152 de fazer as consultas às demais, para que a definição da pauta do Conselho não fique somente
153 com a Secretaria. Ficou definido para compor a Comissão de Pauta as conselheiras Nalu Faria,
154 Concita Maia, Marilma Torres, Eline Jonas e Hildézia Medeiros. Em seguida, dando continuidade à
155 discussão do papel de Controle Social dos conselhos, a conselheira Nilza Iraci sugeriu que seja
156 feita a revisão de um manual de orientação para a formação de conselhos municipais e estaduais
157 dos direitos da mulher, o que foi aprovado por todas. A sra Maria Laura Sales Pinheiro, Secretária-
158 Adjunta da SPM informou sobre a iniciativa que a SPM está elaborando em conjunto com o
159 Ministério da Saúde no sentido de promover uma capacitação para controle social para os
160 conselhos da mulher e da saúde. Como último ponto, por solicitação da conselheira Eline Jonas, o
161 CNDM posicionou-se em relação ao Referendo do Desarmamento , aprovando a seguinte moção:
162 *“O Conselho Nacional dos Direitos Da Mulher, em sua reunião de 16 de setembro de 2005,*

163 *considerando a importância da participação das mulheres no Referendo do Desarmamento no*
164 *próximo dia 23 de outubro, aprovou a presente moção pelo **SIM** ao desarmamento. O Conselho*
165 *Nacional dos Direitos da Mulher entende que o uso de armas exacerba a questão da violência*
166 *contra a mulher, ao considerar os seguintes dados: nas capitais brasileiras, 44,4% das mulheres*
167 *vítimas de homicídios em 2002 foram mortas com armas de fogo (ISER, 2005: com dados do*
168 *Datasus, 2002). Em homicídios e tentativas de homicídios com arma de fogo, mais da metade das*
169 *mulheres vítimas (53%) conheciam seu agressor. E mais de um terço (37%) dessas mulheres tinham*
170 *uma relação amorosa com seu agressor. (ISER, 2005: com dados das Delegacias Legais do Rio de*
171 *Janeiro entre 2001 e 2005). As mulheres também são as principais responsáveis pela prestação de*
172 *cuidados a pessoas feridas com armas de fogo, incluindo apoio psicológico e econômico em*
173 *famílias e comunidades devastadas pela violência. Além disso, o número de mulheres que perdem*
174 *filhos ou ficam viúvas como consequência dessa violência cresce todo ano. Assim sendo, o*
175 *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher manifesta sua posição pelo desarmamento, por*
176 *entender que o controle de armas em nosso país contribuirá para diminuir os riscos para toda a*
177 *sociedade, particularmente para as mulheres brasileiras". A Ministra Nilcéa Freire agradeceu a*
178 *presença de todas e encerrou a reunião, convidado para em seguida, e no mesmo local,*
179 *participarem da solenidade de lançamento do programa "Mulher e Ciência", uma parceria da*
180 *Secretaria Especial de Políticas para Mulheres com os Ministérios da Educação e da Ciência e*
181 *Tecnologia.*